

2 – Sistema literário, mídia, sociedade brasileira

Por estar partindo de princípios sistêmicos para lidar com as relações entre o sistema literário e a sociedade com os seus grupos formadores, não creio que existam limites definidos entre partes que compõem este estudo. Por essa razão, acredito que há uma mútua influência entre esse sistema e a sociedade. Na vida social encontram-se relações de conflito e mudança onde convenções, valores e modelos de construção da realidade são questionados pela interferência de ações de produção, de distribuição, de recepção e de crítica. Por outro lado, encontramos também processos reativos voltados para a manutenção das normas sociais nos quais ações de repressão, censura e até mesmo indiferença, correspondem a formas de se controlarem as mudanças iniciadas nos limites dos sistemas artístico e literário.

Nesse jogo, entre sistema literário e sociedade, os meios de comunicação desempenham um papel fundamental. Segundo Siegfried Schmidt, na investigação de um sistema literário, devemos levar em consideração não somente os textos literários, mas toda a série de meios de comunicação disponíveis em uma determinada sociedade. Isso porque, para a Ciência da Literatura Empírica, os meios de comunicação são considerados um tipo de dispositivo intersubjetivo de processos cognitivos. Ao estabelecer convenções, a mídia consegue configurar a esfera do público numa sociedade. Devido às características dos meios de comunicação, ainda segundo Schmidt, a história literária tem que ser também uma história da mídia.

Isso se torna um caminho importante para a construção desta análise, porque, no presente capítulo, busco apresentar em perspectiva histórica, a relação entre sistema literário e sociedade, por intermédio da mídia. Desta forma, estarei construindo uma argumentação mais plausível sobre permanência até os dias de hoje, de determinadas convenções, como é o caso da expectativa de se encontrar

um único sentido verdadeiro para os textos, ressaltando o papel dos meios de comunicação nesses processos de manutenção ou alteração dos sistemas. Para discutir as relações, aqui destacadas, vou analisar um exemplo buscado no panorama cultural brasileiro. O contexto escolhido é um momento na história em que a relação entre meios de comunicação de massa, sociedade e literatura está nos seus primórdios – final da década de oitenta e início da década de noventa do século XIX, quando Machado de Assis escreve o romance *Quincas Borba* nas páginas da revista feminina *A Estação*.

Além de ser articulada com a reflexão que venho desenvolvendo, a análise desse contexto representa um retorno aos estudos históricos, uma área do conhecimento que sempre produziu profundas e angustiantes questões, principalmente em relação à aplicabilidade do conhecimento histórico para a vida cotidiana. Digo isso porque, muitas vezes, durante a minha formação, eu não conseguia encontrar ligações entre os meus estudos de história e a realidade em que vivia. Muitos conteúdos do curso eram apresentados através da combinação de textos clássicos com trabalhos mais recentes, de modo a surtir o efeito de uma realidade fielmente reconstruída.

Assim, foram raros os momentos em que fomos levados a pensar sobre o processo de elaboração do discurso histórico, sobre o seu caráter ficcional, no sentido de ser algo que é construído e não dado por via natural. O momento em que isso ficou mais claro foi num curso de historiografia, onde li partes do livro *Metahistória* do historiador norte americano, Hayden White¹, pois nessa obra é apresentada a dimensão imaginativa de obras de quatro grandes historiadores do século XIX. A princípio, a idéia de que é impossível para o historiador, reconstruir um passado de forma objetiva foi perturbadora. Porém, isso conduziu a uma alteração do meu olhar e à busca de uma bibliografia sobre o papel da imaginação nas ações humanas, nas culturas e nas próprias teorias.

Ao mesmo tempo, a necessidade de compreender as minhas atividades como organizador de práticas leitoras num pré-vestibular comunitário, me fez procurar um curso de pós-graduação com características mais interdisciplinares em uma área onde a dimensão do imaginário social fosse objeto de destaque. O curso de pós-graduação em Letras da PUC-Rio foi fundamental para atender a

¹ White, HAYDEN. *Metahistória*

essa necessidade, pois nele encontrei novos caminhos teóricos e metodológicos para abordar as experiências que desejava transformar em pesquisa.

A busca de uma análise sistêmica, que respondesse à provocação correspondente aos questionamentos levantados ao longo da minha formação, é fruto da mudança de paradigma por que tem passado, nos últimos anos, tanto a historiografia quanto a própria teoria da literatura. Sendo assim, antes de iniciar o exame do sistema literário e da mídia, que serviu de contexto à publicação do romance *Quincas Borba* na versão folhetim, apresento certas mudanças paradigmáticas dos estudos históricos, para compará-las com as mudanças paradigmáticas propostas por teorias contemporâneas da literatura de base construtivista e sistêmica, como no caso da Ciência da Literatura Empírica.

2.1 Nova História e o paradigma tradicional de historiografia

Nas últimas décadas, os campos de atuação dos historiadores sofreram uma vertiginosa expansão e fragmentação. A história nacional dominante agora disputa espaço com a história mundial e com a regional. A história econômica foi separada da história social e se fragmentou em história do trabalho, história da vida rural, história urbana e outras. Segundo o historiador inglês Peter Burke, estas mudanças nos estudos históricos que são agrupadas sob nome “Nova História”, podem ser melhor definidas em termos do que não são, daquilo a que se opõem seus estudiosos. Nesta linha de raciocínio, Peter Burke defende que a Nova História se forma a partir de uma reação deliberada contra o “paradigma tradicional”. Este paradigma tradicional consiste no tipo de história “rankeana”, desenvolvida pelos discípulos e simpatizantes do historiador alemão Lepold von Ranke. Também, segundo Burke, é possível considerar esse paradigma como uma visão da História pelo senso comum, urdido pela lógica da verossimilhança realista que considera uma única forma possível de se produzir história, ao contrário do novo paradigma, onde cada perspectiva historiográfica é apresentada enquanto uma versão entre várias outras.

Em termos históricos, a expressão Nova História é algumas vezes usada para denominar as mudanças dos estudos históricos ocorridas nos anos 70 e 80, décadas em que a reação ao paradigma tradicional tomou dimensões mundiais.

Entretanto, Peter Burke nos lembra que muitas dessas mudanças acompanham uma tendência mais antiga, marcada pelas obras de Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores da revista dos *Annales* em 1929 e seus seguidores que se voltaram contra a história rankeana. Outros exemplos, acham-se nos trabalhos dos ingleses Lewis Naimier e R.H. Tawney que, nos anos 30, rejeitaram a narrativa dos acontecimentos. Entretanto, o que é de fato novo na Nova História, consiste na sua adoção por um grande número de historiadores que também não aceitam mais ser marginalizados.

Na tentativa de apresentar as diferenças entre a história tradicional e a Nova História, Peter Burke resume em alguns pontos, as diferenças entre esses tipos de história. Acreditamos que a divisão pode nos ajudar no mapeamento das mudanças ocorridas na história, na teoria da literatura e na história da literatura. O esquema explicativo de Peter Burke nos servirá de ponto de partida para depois aprofundá-lo, nos âmbitos da teoria da literatura e na história da literatura.

Um dos pontos de tal esquema de diferenças, refere-se à visão do paradigma tradicional de que a história trata essencialmente da política. Nesse caso, a política está reduzida ao Estado, ou seja, só são consideradas como trabalho histórico, as obras que tratam das mudanças políticas nacionais e internacionais e não aquelas voltadas para questões regionais. Outras formas da história - história da arte, da ciência, por exemplo - não eram completamente excluídas do paradigma tradicional, mas eram marginalizadas.

Outro ponto consiste na idéia de que somente os registros das trajetórias de grandes estadistas, generais, reis e homens públicos ligados ao poder, deveriam ser reconhecidos como História. Trata-se da concepção da história vista “por cima”, ou seja, construída na perspectiva daqueles que tinham o poder. Uma reação a esse modelo tem surgido com enfoques variados em todos os cantos do mundo, a partir da idéia de uma história vista por baixo. Desta maneira, encontramos muitos trabalhos sobre as idéias e concepções de mundo de pessoas comuns. A Nova História ataca esse aspecto do paradigma tradicional ao afirmar que toda atividade humana tem sua história, conforme já apresenta o próprio título do trabalho de J.B. S. Haldane de 1951: “Tudo tem a sua história”. Nos últimos anos encontramos uma grande variedade de tipos de história, tais como, história da infância, das mulheres, da leitura, do corpo e outras. O que se

considerava imutável é visto, hoje, como “construção social” que tem a sua própria historicidade.

Também podemos citar, como outro exemplo de mudança paradigmática na historiografia, o questionamento e transgressão do princípio de que a história é objetiva, de que a função do historiador é, conforme a máxima rankeana, apresentar os fatos “como eles realmente aconteceram”. Essa idéia foi rejeitada, quando muitos profissionais de ciências humanas, passaram aceitar o princípio de que as nossas mentes não refletem a realidade diretamente, mas só percebemos o mundo a partir das estruturas de convenções, esquemas e estereótipos, num entrelaçamento que varia de uma cultura para outra.

Enfim, Peter Burke, para construir sua análise da mudança paradigmática da historiografia ocidental, baseou se no conceito de paradigma de Thomas Kuhn, físico teórico e historiador da ciência. Esse conceito, apresentado no seu livro *A estrutura das revoluções científicas* influenciou muito os debates nas ciências humanas e sociais em geral, nas décadas de 60 e 70, período contemporâneo à publicação dessa obra, cujos temas giravam em volta da questão da politização das ciências, das reflexões críticas sobre os fundamentos epistemológicos e metodológicos do conhecimento e ainda do papel social do cientista.

2.2 Mudanças paradigmáticas na teoria literária

Segundo a observação de Heidrun K. Olinto², no plano da teoria literária, o debate sobre a mudança paradigmática, no sentido dado por Thomas S. Kuhn, começou a ser claramente apresentado através de duas tendências teóricas surgidas na Alemanha, nos meados de década de 70. Estas duas vertentes reivindicavam o estatuto de iniciadoras de uma ruptura paradigmática dos estudos literários, pois defendiam mudanças expressivas nas atividades de pesquisa, no que se refere a conceitos de literatura, linguagem, texto, ciência, estética, significação, realidade e outros. Assim, nos trabalhos produzidos dentro destas duas vertentes, encontramos questões epistemológicas, metodológicas e meta-

² OLINTO, Heindrun Krieger. Apresentação. In: *Ciencia da Literatura Empírica: uma alternativa*. p7.

teóricas que configuram pesquisas empíricas, baseadas no princípio de unir prática e racionalidade teórica.

Uma destas vertentes, formada em torno dos trabalhos de N. Groeben, é conhecida como vertente branda ou solução menor, pois, ao mesmo tempo que apresenta formas de emprizar a pesquisa científica da literatura, preserva a preocupação com o texto literário. Pode-se afirmar que esta perspectiva, consiste na revisão de procedimentos metodológicos, a partir da criação de estratégias interpretativas, fundadas em métodos das ciências sociais na tentativa de solucionar problemas clássicos dos estudos da literatura, por exemplo, a interpretação de textos particulares. Em outras palavras, aqui se propõe um caminho conciliatório entre as questões tradicionais e os novos caminhos apontados a partir das reflexões críticas das duas vertentes e, ao mesmo tempo, se constitui como um novo paradigma.

Por seu lado, a segunda vertente, consiste na construção de uma ciência da literatura empírica autônoma, que é centrada nos trabalhos de S. Schmidt, que citamos acima, e do grupo de pesquisa NIKOL. Esta perspectiva defende de forma radical, a elaboração de uma nova teoria ao substituir completamente as questões tradicionais de modo compatível com uma verdadeira mudança paradigmática. Considera-se que teorias, modelos, conceitos, e valores antigos não podem ser apenas deslocados para um novo paradigma, isso porque as regras e normas de construção de realidades, valores, sentidos e identidades, variam de acordo com as conceituações metateóricas, epistemológicas, sociais e políticas, ou seja, teoria e vida não estão separadas nesse novo paradigma.

A esfera cognitiva de um sistema auto-gerador é o espaço onde são produzidas todas as descrições que o sistema pode fazer. Sendo assim, todos os estados cognitivos do sujeito são criados a partir da forma de realização de sua auto-produção e não pelas condições do mundo exterior. Nesse sentido, o que chamamos de realidade, é uma construção do ser humano e não uma entidade ontológica, ou seja, é o homem que produz literalmente o mundo em que vive ao vivê-lo.

Sistemas vivos são sistemas interacionais e produzem em conjunto esferas de consenso, criadas pela integração de estruturas. Esta interação antecede a comunicação. Deste jeito, a comunicação é fruto da interação que os sistemas vivos estabelecem como observadores de outros sistemas, na suposição de que

estes também sejam observadores, tal suposição é justificada devido ao equipamento biológico dos sistemas vivos e de sua socialização comparável. Através da socialização é que é possível treinar, confirmar e corrigir, permanentemente, as regras e estratégias de construção de sentido, significação e realidade, e também as normas de orientação e produção de identidades que configuram as ações do sujeito.

Dentro desta perspectiva, a comunicação não é compreendida como uma simples transmissão de informação, e sim, como tentativa de produzir no espaço cognitivo de sistemas vivos, a construção mais ou menos paralela de processos cognitivos de orientação. Por isso, não existe transmissão de idéias de um sistema para outro, o que existe, é apenas sucessão paralela de interações orientacionais internas ao sujeito, facultadas pela socialização verbal. Por outro lado, podemos encontrar aqui a explicação da impossibilidade de convencer os que pensam diferente a partir apenas de argumentações racionais. Para além da argumentação racional, são os interesses comuns, baseados no amor, amizade, afinidade e outros fatores do tipo, que operam mudanças no pensamento.

2.3 História da literatura na perspectiva do Estudo Empírico da Literatura

Foi a partir justamente desta base epistemológica que Siegfried J. Schmidt construiu, no artigo “Sobre a escrita de história da literatura : observações de um ponto de vista construtivista”³, uma análise dos problemas da escrita de histórias da literatura e apresentou algumas sugestões de solução. Ou seja, nesta parte da sua produção teórica, Schmidt direciona o conjunto de reflexões, que giram em torno da mudança paradigmática do estudo de textos literários, para o de sistemas literários.

O motivo que me leva a rever e sistematizar problemas básicos da historiografia literária é de ordem epistemológica: tanto quanto posso perceber, todos estes problemas podem ser reconstituídos a partir da mesma fonte. Trata-se da construtividade global de nossa *episteme* que causa a dependência de todas as nossas orientações, operações e combinações cognitivas em relação a teorias. (...) Minha escolha para tal suporte é a teoria construtivista da cognição como desenvolvida por estudiosos do porte de H. R. Maturana, H von Foerster ou E.von Glasersfeld, porque o construtivismo é

³ Siegfried J. Schmidt. Sobre a escrita história da literatura. In. Histórias de Literatura. P 101-132.

capaz de oferecer modelos psicobiológicos para a dependência do sujeito, a historicidade e construtividade de todos os nossos processos cognitivos, desde a percepção até as fantasias criativas.⁴

Seguindo esse pressuposto epistemológico construtivista, Schmidt argumenta que os problemas básicos da história da literatura, giram em torno da dependência de modelos epistemológicos de “realidade”, “história” e “construtividade”. Desta forma, devido a sua base construtivista o Estudo Empírico da Literatura se livra de problemas como a natureza atemporal dos textos literários e a onipresença de experiências estéticas. Tal postura, significa o reconhecimento da historicidade da “literatura” a partir do princípio de que experiências estéticas só podem ser feitas no presente, através da construção de nossa compreensão dos acontecimentos e da história. Isso acontece sob as condições atuantes, presentes em nossos domínios cognitivos, sendo assim, a objetividade que cremos identificar aí pode ser compreendida como o resultado da intersubjetividade, produzida por processos de socialização.

Schmidt apresenta, conforme os desdobramentos de sua reflexão, algumas sugestões para historiadores literários a partir da perspectiva dos Estudos Empíricos da Literatura. A primeira sugestão é configurada a partir do reconhecimento do princípio de construtividade das histórias literárias. Desta maneira, histórias literárias são consideradas construções, motivadas por necessidades sociais e também precisam ser legitimadas, ou seja, histórias literárias não são auto-evidentes. A segunda sugestão, é centrada na concepção da literatura como um sistema social, que organiza processos literários formados por ações literárias, ações estas configuradas a partir de papéis (produção, distribuição, recepção e pós-processamento de textos literários). Neste sentido, as histórias da literatura não devem ficar centradas em obras de arte literária como alguma coisa autônoma na sociedade, e sim, como síndromes agente-texto-contexto.

Aqui, o agente, o referente fundamental da teoria da literatura empírica, consiste no indivíduo socializado. Este agente é definido segundo necessidades, competências, interesses e motivações. Através dos papéis sociais, desempenhados por este agente, podemos, encontrar as instâncias que

⁴ Ibid., p. 102-103

correlacionam o indivíduo e a sociedade. Por meio dos papéis sociais é que os indivíduos participam de sistemas sociais, tais como, política, arte, economia, esporte e outros.

Seguindo esses princípios, Schmidt compreende as ações individuais como algo determinado por condições de ações culturais, econômicas, políticas e sociais que podem ser interpretadas de forma consciente ou inconsciente e também transformadas no domínio cognitivo do indivíduo. Ao mesmo tempo, as ações são determinadas por sistemas de valores, de normas e pelo sistema simbólico (gêneros, discursos, mentalidade) que são consensuais ou internalizados nos sistemas cognitivos dos indivíduos.

Sendo assim, atores (indivíduos) produzem ações, cadeias de ações (processos). Tais processos são organizados e configurados em (sub) sistemas sociais que são itens sócio-históricos. Os subsistemas sociais, como o sistema literário, estão integrados em um sistema mais amplo, que chamamos de sociedade, e interligados com todos os subsistemas sociais tais como política, economia, arte e outros.

Outra sugestão, se refere à teoria da comunicação, que foi desenvolvida pelo Estudo Empírico da Literatura. Essa teoria da comunicação propõe que não devemos considerar apenas os textos literários, mas todos os meios de comunicação disponíveis na sociedade, cujo sistema literário está sendo pesquisado. Isso porque, os meios de comunicação ou mídia são compreendidos como dispositivos intersubjetivos de processos cognitivos. A mídia consegue cristalizar convenções que os indivíduos internalizam a partir da socialização e, ao mesmo tempo, fixam-se no espectro social, onde se localizam seus produtores e seu público. Além disso, determina as condições de produção e recepção por parte dos agentes e elege os indivíduos e grupos como competentes para usufruir desses meios. Outro mecanismo de seleção consiste nos meios técnicos institucionalizados que articulam diversos campos de atuação como aparatos técnicos, financeiros, políticos, sociais e estéticos. Tais campos operam nos agentes e nos próprios sistemas literários.

Schmidt nos chama atenção para o fato de que nas sociedades modernas existem vários tipos de meios de comunicação que se inter-relacionam de forma competitiva na busca de um dominar o outro. Ao mesmo tempo, os

meios de comunicação configuram um sistema de mídia no qual cada meio é dependente dos processos de co-evolução dos outros meios, e onde também, são estabelecidas seleções para recepção individual e pós-processamento.

Enfim, Schmidt sugere que uma história da literatura deve examinar o sistema de mídia de uma sociedade, destacando a posição sócio-política de quem controla tal sistema e seus componentes, e a hierarquia entre os diferentes meios, na intenção de compreender as condições de atuação ou ação dos indivíduos e grupos no sistema-literário existente. Ao mesmo tempo, devemos destacar a relevância de tal produção historiográfica para a nossa vida social.

2.4 História, história da literatura, sistema literário e a versão folhetinesca de *Quincas Borba*.

Na tentativa de sintetizar, através de um estudo de caso, as várias reflexões que fizemos até aqui, tentarei apresentar uma breve análise da publicação da versão em folhetim de *Quincas Borba*, romance de Machado de Assis⁵, nas páginas de uma revista feminina chamada *A Estação*. Desta forma, acredito que estamos lidando com as interações estabelecidas entre sistema literário e sociedade numa perspectiva histórica.

Entre 15 de junho de 1886 e 15 de setembro de 1891, Machado de Assis, já reconhecido como um grande escritor, publica nas páginas da revista *A Estação*, periódico de modas destinado principalmente ao público feminino, o romance *Quincas Borba*. Esta história é marcada por algumas características de seu romance anterior, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, tais como o humor irônico, reflexões filosóficas e provocações ao leitor. Para a publicação em livro, em 1891, Machado fez várias alterações no texto, acrescentando e principalmente suprimindo palavras, frases e até capítulos inteiros.

O interesse em construir uma compreensão desse caso partiu do estranhamento que senti ao saber que a primeira versão do romance *Quincas Borba* foi publicada na forma de folhetim numa revista feminina de modas. O choque, experimentado por mim, como por qualquer leitor atual, possivelmente é fruto de um longo processo de canonização no qual aprendemos que Machado é o

⁵ Assis, Machado de. *Quincas Borba*.

maior representante da alta cultura e que jamais participaria do efêmero e fútil mundo da cultura de massa. Além disso, se formos mais francos, podemos atribuir grande parte do meu espanto à crença de que esse romance famoso, escrito pelo que é considerado o maior autor da literatura brasileira, deveria ser publicado unicamente na forma de livro, para um público masculino e intelectualizado, e não para mulheres, consumidoras de moda e leitoras de um gênero de história, percussor das telenovelas atuais.

Na perspectiva historiográfica dos Estudos Empíricos da Literatura, o meu interesse por esse assunto pode ser explicado pelo fato de que eu sou um pesquisador brasileiro do século XXI, preocupado com a grande divisão entre alta cultura e cultura de massa e com os processos de formação de consensos sobre o que é literatura, e qual a sua função na sociedade brasileira. Em outras palavras, aproveito aqui, a primeira sugestão de Schmidt no que se refere ao reconhecimento de que histórias da literatura devem ser consideradas construções, motivadas por necessidades circunstanciais e que precisam ser legitimadas.

Seguindo uma das sugestões de Schmidt, resolvi tentar compreender a história da versão de *Quincas Borba* como um conjunto de processos literários formados por ações literárias. Neste sentido, estou encarando a versão folhetinesca de *Quincas Borba*, não como uma obra autônoma em relação a sociedade brasileira do final do século XIX, mas como um conjunto de síndromes agente-texto-contexto. Nessas síndromes, as ações de produção, distribuição, recepção e pós-processamento resultam em processos literários que têm diversas interconexões com o sistema literário, com os demais sistemas sociais e por fim com a própria sociedade brasileira daquele período e de hoje. Conforme tal intenção, procurarei fazer uma ponte entre esta classificação dos tipos de ações literárias dos Estudos Empíricos da Literatura e as idéias do historiador norte-americano Dominick Lacapra.

Iniciaremos com a análise das ações de pós-processamento de textos, ou seja, as leituras críticas, pois através delas é possível perceber o caráter construtivo das histórias da literatura. Além disso, consideramos que a ausência de uma profunda análise epistemológica, permite muitas vezes, que a leitura crítica de um material como esse, possa conduzir de volta aos velhos problemas da busca

da verdade histórica, da intenção do autor ou do significado único para obras literárias.

2.5 Contextos e perspectivas nas leituras críticas

O objetivo de levar a obra de Machado de Assis ao mais alto posto do cânone nacional, presente em grande parte da fortuna crítica, permitiu que os seus textos editados em livro, fossem mais enfatizados e considerados do que a sua produção folhetinesca. Porém, estudiosos contemporâneos, encontraram nessa produção periódica novas formas de compreensão das relações estabelecidas entre o texto machadiano e seu contexto. O caráter cotidiano desta produção provocou em alguns desses críticos o desejo de dissecar o processo de criação de Machado de Assis, a partir da comparação entre a publicação em folhetim e a edição em livro.

No caso de *Quincas Borba*, John Gledson⁶, crítico e professor inglês, usa a leitura comparativa para fundamentar sua tese de que Machado tenta representar a realidade histórica do final da década de 60 do século XIX, através de alegorias presentes no romance. Segundo essa tese, as transformações da sociedade brasileira, nessa época, só poderiam ser consideradas importantes com o distanciamento de 15 a 20 anos, no momento em que foram consolidadas com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Isso explica porque Machado situou o argumento de *Quincas Borba* na década de 1860, ao escrever o romance nos anos de 1886 e 1891.

Sendo assim, todo o trabalho feito para escrever o romance nas páginas da revista *A Estação* e, posteriormente, para fazer a edição em livro, serviu para melhor representar ficcionalmente a realidade social, política e intelectual do Brasil de 1867 a 1871. Comprovando esta hipótese, Gledson utilizou o mapeamento, feito pela Comissão Machado de Assis, de todas as modificações que o texto em folhetim sofreu para a primeira edição em livro. Todas as alterações, feitas de uma versão para outra, são compreendidas como consequência direta da intenção de retratar a crise política do Brasil no final da década de 1860 e início da 1870.

⁶ GLEDSON, Jonh. *Quincas Borba*, In: _____. Machado de Assis: Ficção e história.

No aspecto teórico, John Gledson, apóia sua análise no conceito de “realismo enganoso”. Isso quer dizer que a leitura, exigida pela escrita machadiana, leva à desconfiança das afirmativas textuais e à decifração das entrelinhas, onde estaria a verdade proposta pelo autor, sendo o conteúdo destas entrelinhas, no caso, a visão machadiana da história no Brasil do século XIX. Por esse motivo, a leitura do pesquisador inglês, considera exclusivamente o contexto histórico e político e, ao mesmo tempo, exclui os aspectos referentes à recepção e difusão da obra.

O ensaio “Estações”⁷ da pesquisadora Marlyse Meyer, consiste em outra experiência no exame da versão folhetinesca de *Quincas Borba*, que, ao contrário de Gledson, abre outros caminhos para compreendermos as relações construídas entre o romance, os seus veículos de difusão e a vida sócio-cultural do final do século XIX. O caráter singular dessa análise deve-se, em grande parte, à leitura dos próprios exemplares da revista *A Estação*, encontrados na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Isso possibilitou que seu exame não se baseasse apenas em uma única visão teórico-metodológica.

A evidência do perfil plural deste ensaio, está na sua própria forma, muito semelhante à de um folhetim-variedades, pois, no ensaio, as observações, conclusões e questionamentos são ordenados em fragmentos e intercalados por transcrições de textos e cópias de imagens da revista. Desta forma, somos convidados por Marlyse para um passeio pelas estações da revista *A Estação*, onde somos provocados a perceber, a partir de vários aspectos, a participação de Machado de Assis neste jornal, considerando a influência dos contextos sociocultural, político, econômico e até biográfico.

Marlyse Meyer constata que o periódico *A Estação*, por ser uma edição brasileira da revista de moda francesa *La Saison*, servia como “um fantástico instrumento de padronização e elaboração de um gosto internacional comum, aquele efeito civilizatório”, no qual, além da tendência de ditar a moda européia para as senhoras brasileiras, existia a necessidade de moldar, de criar todo um conjunto de comportamentos e práticas culturais compatíveis com as das grandes cidades da Europa, principalmente de Paris. Porém, este jornal, era formado também, de uma parte literária que teve Machado de Assis como um dos

⁷ Marlyse Meyer. Estações. In _____. *Caminhos do Imaginário no Brasil*.

seus maiores colaboradores. A descoberta da presença constante de textos desse autor, hoje canonicamente consagrado, nesta revista de modas, conduziu a pesquisa de Marlyse Meyer para outras questões sobre a produção da obra machadiana em função de seu público.

A pergunta óbvia: a relação da obra tão “masculina” de Machado com um público feminino que é seu destinatário. Ou aquela que ocorria à curiosa que sou, de romance folhetim, fatiado, portanto: uma vez observada a parte de Machado no fornecimento de entretenimento imaginativo para suas leitoras, qual teria sido a parte do próprio jornal na construção imaginária de Machado? Na composição e escrita de textos que a peculiar contingência de publicação periódica obrigava a seriar, a fragmentar, portanto.⁸

Segundo Marlyse Meyer, a criação da parte literária de *A Estação*, era uma estratégia para divulgar outra modernidade, além da representada pela moda e costumes, a da produção literária nacional. Esse setor literário pretendia ser representante do que havia de melhor em matéria de cultura através da publicação de contos, resenhas, notícias sobre teatro, poesia e romance dos considerados maiores escritores brasileiros do período. Em outras palavras, a literatura, neste contexto, tornou-se também um produto cultural, ao lado da moda, para atrair consumidores.

Por esse motivo, os textos de Machado de Assis serviram de um grande chamariz para o público leitor do final de século XIX. Percebe-se essa estratégia de mercado na forma de elogios em resenhas, notas e notícias na revista, como esta notícia de 15 de Outubro de 1886 sobre o banquete de comemoração aos 20 anos do volume de versos, *Crisálidas*.

Prefiro fala-vos de Machado de Assis, o nosso velho e ilustre amigo, colaborador assíduo da *Estação*, a figura mais saliente da literatura brasileira contemporânea. Alguns homens de letras, admiradores sinceros do Mestre, comemoraram com um banquete o vigéssimo aniversário do aparecimento das *Chysalidas* [...] foi uma festa esplêndida, como não há de dez em dez anos no nosso Rio de Janeiro.⁹

⁸ Ibid., p.74.

⁹ Ibid., p.76.

Esta parte do artigo de Marlyse Meyer está muito próxima da terceira sugestão da teoria de Schmidt, pois aqui, o texto de Machado é analisado no conjunto de todos os meios de comunicação disponíveis na sociedade brasileira do século XIX, especialmente a revista feminina. Isso nos leva para a interseção entre sistema literário e os outros subsistemas sociais, porque, quando a autora destaca que a revista *A Estação* servia de instrumento de padronização do gosto aos moldes europeus, entramos na questão dos processos de cristalização de convenções produzidos pela mídia que são internalizados por indivíduos e grupos a partir da socialização. Além disso, é clara a escolha do público-alvo da revista, conforme as condições de produção e recepção, de acordo com as estratégias moralizantes e civilizadoras, dirigidas às mulheres

O confronto entre, de um lado, o sistema literário, com seus critérios, valores, ícones e grandes autores, e, de outro, o público consumidor e os valores mercadológicos de *A Estação*, formou um quadro contraditório onde o texto machadiano ironiza a sociedade brasileira do final do século XIX. Ou seja, Machado cria textos críticos a sociedade vigente e produz dentro das necessidades comerciais deste periódico, cujo leitores, em grande parte, estavam condicionados à leitura fragmentada e serial dos folhetins. Essa relação paradoxal abre novas trilhas para conhecermos os processos literários compostos pelas ações de produção de Machado e as condições de sua recepção.

É o jogo estabelecido entre texto e leitor, mais especificamente, entre as leitoras e o romance *Quincas Borba*, que encontramos na última etapa do ensaio de Marlyse Meyer sobre a revista *A Estação*. Com a leitura contínua da revista, Marlyse formou uma visão mais cotidiana e direta de Machado, percebendo detalhes como a necessidade do autor de produzir dentro das datas previstas pela publicação quinzenal. Por outro lado, verificou-se também que o trabalho de criar histórias fragmentadas em folhetim-romance deu condições para Machado de Assis construir uma rica relação com o leitor, um jogo livre em que este é ora interrogado, interpelado, ora ironizado e desafiado.

Em suma, no ensaio de John Gledson, a complexidade do texto é reduzida a uma mera fonte documental da história política do século XIX. Ao passo que o ensaio de Marlyse Meyer torna viáveis novas interpretações tanto no plano crítico-literário, quanto histórico, onde conseguimos visualizar a rede de valores culturais, de interesses comerciais e intelectuais, de normas e regras que

envolveram desde a produção até a difusão e recepção do romance *Quincas Borba*.

O historiador norte americano, Dominick Lacapra classifica de uso “documental dos romances”, interpretações semelhantes à de John Gledson e afirma que “ (...) *literatura becomes redundant when it tells us what can be gleaned from other documentary sources.*”¹⁰. Lacapra apresenta uma via alternativa para trabalhar historicamente com textos literários, não os reduzindo a uma mera fonte histórica, mas sim, na tentativa de compreender textos como usos variáveis da linguagem, que registram os contextos de várias formas ou chegam a um acordo com eles. Os contextos são, para ele, divididos em três grupos: os contextos de escrita, os contextos da recepção e os contextos de leitura crítica.

Nos contextos de escrita, existem as intenções do autor, situações biográficas, socioculturais, políticas. Nestes, também são incluídas instituições discursivas tais como tradições e gêneros. No caso da publicação de *Quincas Borba*, John Gledson limita sua leitura em apenas dois elementos dos contextos de escrita: a intenção do autor e a situação político-ideológica. Os contextos de recepção e os contextos de leitura crítica são praticamente excluídos do trabalho de Gledson.

Os contextos de recepção, apresentam a questão de como os textos são lidos, violados e explorados em diferentes grupos sociais, situações e instituições. O exame da revista *A Estação*, por Marlyse Meyer, nos fornece indícios de como foi a recepção de um grupo social, as mulheres brasileiras do final do século XIX, maior parte do público leitor da revista *Estação*. Machado usa algumas técnicas folhetinescas para a elaboração de *Quincas Borba* com a intenção de prender essas leitoras, tais como: intromissões do narrador e interpelação ao leitor, usando geralmente como tratamento “gentil senhora”, “amada leitoras” e “cara leitora”.

O conjunto de idéias deste historiador, pode ser considerado como uma aproximação explícita entre os pressupostos teóricos da Nova História e os Estudos Empíricos da Literatura. Sua concepção de que textos literários são usos variáveis da linguagem, que registram os contextos de várias maneiras ou chegam a um acordo com eles, é semelhante à perspectiva construtivista e sistêmica, que

¹⁰LACAPRA, Dominick. *History and Criticism*. P.126. (...) literatura torna-se redundante quando nos fala o que pode ser apresentado por outras fontes documentais.

considera a literatura, um sistema social de ações centralizadas em fenômenos nomeados literários pelos sujeitos de tais ações. Lembrando que esses sujeitos agem a partir de papéis fundamentais, que, segundo Schmidt, têm sido institucionalizados nos sistemas literários modernos.

2.6 Ações de produção – a revista feminina, sociedade, gênero e cultura

Consideramos a edição folhetinesca de *Quincas Borba*, a própria revista *A Estação*, as situações políticas e socioculturais do final do século XIX, as ações de Machado de Assis e sua escolha do gênero folhetim-romance como contexto de produção, conforme a conceituação de Lacapra, ou como ações de produção, de acordo com a terminologia de S. Schmidt. Em 1879, a revista de modas *La Saison*, editada em português desde 1872 pelos editores H. Lombaert & Comp, recebe uma nova orientação editorial, cuja meta é elevar o periódico à condição de um jornal de modas brasileiro. É neste momento que o nome *La Saison* é substituído por *A Estação*. Entretanto, a parte de modas da revista continuou sendo francesa e a parte literária do jornal, como já nos apontou o ensaio “Estações”, deu o caráter brasileiro ao periódico, onde colaboradores brasileiros escreveram resenhas, contos e romances sobre a vida sociocultural brasileira.

No exemplar de 15 de janeiro de 1879, foi publicado um editorial que demonstra, na forma de perguntas, os objetivos gerais da revista.

Às nossas amáveis leitoras, àquelas principalmente que nos acompanham desde 1872, perguntaremos: cumprimos nós fielmente o nosso programa, auxiliando e aconselhando as senhoras mais econômicas, fornecendo-lhes os meios de reduzirem a sua despesa, sem diminuição alguma do grau de elegância a que as obrigava a respectiva posição na boa sociedade, inculcando ou fortificando-lhe o gosto para o trabalho e moralizando a família a que, por seu turno, saberão inculcar sentimentos iguais?¹¹

No mesmo editorial também é explicitado o caráter nacional da nova seção literária que foi legitimada pelo prestígio do seu maior colaborador e organizador, Machado de Assis:

¹¹ Citação retiradas do artigo de Marlyse Meyer

Confiamos a parte literária da Estação a pessoas de reconhecida habilidade e neste número encetamos a publicação de uma produção de um dos nossos mais talentosos e festejados romancistas, que especialmente para o nosso jornal a escreveu e cuja coroa brilhante vai, por este motivo, adquirir mais um luzido florão.¹²

Seguiremos nossa análise do contexto de produção de *Quincas Borba* a partir dos seguintes pontos: a manutenção ou transgressão da orientação geral do periódico e, finalmente, o papel que os escritos de Machado desempenharam dentro da revista. Lembro que o objetivo desde periódico era incutir nas suas leitoras o papel, imposto pela sociedade burguesa às mulheres, de administradoras do lar, de consumidoras das novidades e guardiãs da moral e dos bons costumes nas famílias¹³.

Para atingir a meta de interiorizar nas leitoras o gosto pelo trabalho e pela moral da família, o periódico utilizou vários artifícios discursivos e iconográficos que, num plano coletivo, acabaram configurando um imaginário atemporal, a-histórico e desligado da realidade. Em outras palavras, criar um universo atemporal separado do real para as mulheres, significava produzir uma espécie de imaginário mítico, no qual todas as funções impostas ao público feminino, tornaram-se naturais.

As ilustrações da revista eram fundamentais para a elaboração deste imaginário fantasioso. A definição de *A Estação*, como um jornal ilustrado da família implicou a sua distinção em relação aos jornais noticiosos, porque as leitoras que procuravam um jornal ilustrado, buscavam entreter-se com as gravuras de modo mais lento e contemplativo, em vez de acompanhar o fluxo dos acontecimentos. Mas a principal finalidade das gravuras era apresentar as imagens dos verdadeiros exemplos que as leitoras deviam imitar. Cenas de mulheres em suas casas auxiliando os filhos e os maridos, retratos de mulheres ilustres geralmente com feições tranqüilas e serenas, foram os tipos de gravura que predominaram no periódico, representando o comportamento perfeito de uma mulher.

¹² Idem.

¹³ Estamos seguindo as análises do relatório final da pesquisa feita por Sonia de Sousa Moreira e orientada por Maria Helena Vicente Werneck. *Literatura e Imprensa. A ficção em revistas femininas do século XIX. Machado de Assis no Jornal das Famílias e em A Estação*. Puc-rio 1992.

A preocupação com essa educação doméstica é mais clara nos textos de aconselhamento, onde escritores, homens públicos e médicos defendem a importância do papel social das mulheres enquanto educadoras, mães, administradoras do lar e companheiras dos maridos. Desta maneira, esses textos trazem conselhos de como aprimorar as prendas domésticas através de receitas culinárias e conselhos sobre o comportamento em sociedade, e em casa.

Em *A Estação*, foram publicados vários textos ficcionais que também serviam para transmitir normas e regras. Neste caso, as imposições perdem a sua nítida face disciplinadora e são estruturadas numa atmosfera sentimental, agradável, familiar e acima de tudo fantasiosa. Isso compõe uma perfeita estratégia onde o isolamento das leitoras é amenizado com a fantasia. Podemos considerar, seguindo as análises da pesquisa, que as gravuras, os textos de aconselhamento e os textos ficcionais, com exceção dos textos machadianos, contribuíram em conjunto para a configuração do que a pesquisadora, Sonia Moreira, chama de “mitologia do universo protegido”.

Passando em revista os textos que apresentamos até agora e que identificamos por um certo “didatismo”, percebemos que todos eles contribuem, ainda que de diferentes formas, para a construção daquilo que chamamos de mitologia de um universo protegido. Seja estimulando a mulher a aperfeiçoar seu desempenho doméstico fornecendo receitas, dicas, moldes, seja enaltecendo a sua “missão divina” de mãe e esposa, seja ensinando-a certas “confortáveis” normas de conduta social, ou seja, ainda, “romatizando” as particularidades do seu cotidiano – de outra forma tão desprovido de cor e interesse –, estes textos sem dúvida alimentam, alternada ou simultaneamente, as duas faces – a doméstica e a fantasiosa – em que se desdobra a mitologia deste universo protegido. Duas faces estas, aliás, que só sobrevivem se apoiadas uma na outra (de que outra forma o enclausuramento doméstico seria suportável se não alimentado por uma dose diária de fantasia e, da mesma forma, de que outra forma tal alienada fantasia sobreviveria se não se mantivessem as mulheres sob certa clausura?).¹⁴

Ao contrário do conjunto de discursos que protegiam as leitoras do mundo real, existiam, porém em menor número, crônicas que criaram um campo de resistência ao imaginário do universo protegido ao abordar acontecimentos da atualidade. Os cronistas, do período de 1884 a 1894, foram aos poucos levando às

¹⁴ Ibid., p50

leitoras notícias, notas e resenhas sobre a vida cultural da cidade através de colunas como: *A Cidade e os theatros*, *Highlife e Theatros* e *Chroniqueta*.

No final do relatório de pesquisa, fica evidente que os textos ficcionais de Machado de Assis, publicados em *A Estação*, formavam um terceiro bloco narrativo dentro da revista, diferente do conjunto de textos e imagens edificantes que compunham o universo protegido ou a “realidade a bico-de-pena”, e também, diferente das crônicas que retratavam a vida cultural do cotidiano carioca. Desta maneira, a inabalável acronia criada pelo periódico é desfeita por histórias, que sutilmente demonstravam a hipocrisia que estruturava esse conjunto de regras e valores. Como reflete Sonia Moreira:

A análise dos contos que acabamos de realizar nos faz crer que os textos ficcionais machadianos de fato operavam, ainda que às vezes sutilmente, a quebra da acronia e da aparente invulnerabilidade do “real a bico-de pena” forjado pelo periódico. Através da sua “galeria de viúvas”, dos desajustados sociais e até mesmo das suas solteironas, a ficção machadiana com certeza apontava não só para os limites do “universo protegido” e para a hipocrisia que o circundava, como inseria no periódico personagens e circunstâncias de um mundo que as suas leitoras, muito provavelmente, ignoravam (ou procuravam ignorar)(...) e, se acreditamos que uma das principais funções da literatura é apontar para os limites do universo restrito em que habitam os seus leitores(...),então, só nos resta concluir que, enquanto elementos de um universo limitado chamado “A Estação”, os textos ficcionais machadianos cumpriram, sem dúvida, esta função.¹⁵

Cabe-me, a partir deste momento da análise, buscar os mecanismos que os textos de Machado usam para apresentar, dentro do romance *Quincas Borba*, os limites do imaginário social de suas leitoras. E para isso, é necessário voltar à questão proposta, já iniciada nos ensaios de Marlyse Meyer: as formas de leitura que o público feminino do final do século XIX foi condicionado a praticar. Pois aqui, estamos seguindo a hipótese de que a singularidade da ficção machadiana, está na provocação ao leitor a transgredir os limites estabelecidos, tanto na sua interação com o texto, quanto na sua ação na realidade. Estamos agora lidando com aspectos e funções do contexto de recepção.

¹⁵ Ibid., p.107

2.7 O romance *Quincas Borba*: ações e contexto de recepção

A questão da recepção da versão em folhetim de *Quincas Borbas*, pelo público leitor da revista *A Estação*, nos remete a dois temas abordados pelos estudos de Andreas Huyssen: a dicotomia entre a alta cultura e a cultura de massa, na modernidade, e a questão de gênero ligada a esta divisão. Pois, segundo Huyssen:

É incrível, realmente, observar como o discurso político, psicológico e estético na virada do século consiste e obsessivamente representa a cultura de massa e as massas como femininas, enquanto a alta cultura, seja tradicional ou moderna, permanece claramente como terreno privilegiado das atividades masculinas.¹⁶

Meu interesse aqui, é compreender esses dois temas em conjunto com os estudos feitos na área da história da leitura, sobre o caráter social e político das práticas leitoras das mulheres do século XIX. Em outras palavras, pretendo examinar o contexto de recepção, enfatizando como o texto de Machado de Assis transgride os limites estabelecidos entre alta cultura e cultura de massa e ,ao mesmo tempo, rompe com a imposição às mulheres de um tipo específico de leitura.

É nos meados do século XIX, que a cultura da modernidade se constitui a partir da divisão entre alta cultura e cultura de massa. Porém, esse esforço para separar alta cultura e a cultura de massa, ou arte e mercado, produziu também a cisão entre arte, cotidiano e política. Esta perspectiva dicotômica se apresentou limitada no momento em que a defesa da alta cultura se burocratizou, se institucionalizou e, apenas *grosso modo*, se restringiu a canonizar obras, a ditar quem é representante da tradição e quem são os eleitos que podem realmente ler as grandes obras.

A preocupação em manter a grande divisão entre alta e baixa cultura tem raízes também nas políticas de classificação e exclusão das sociedades de disciplina do século XIX. Encontramos aqui as origens da associação estratégica entre a divisão em dois tipos de cultura e as diferenças de gênero, onde a alta

¹⁶ HUYSSSEN, Andréas. *Memórias do modernismo*. p. 45.

cultura ficou rotulada como masculina e a cultura de massa como feminina. Nos limites dessa tradição, foi estruturado o imaginário sobre o ato da leitura, de caráter elitista, no qual os homens cultos das altas classes, foram considerados os únicos capazes de compreender as obras canonizadas. E para os demais, especialmente para as mulheres, restou o rótulo de consumidores das futilidades da cultura de massa ou de incapazes de entender as grandes obras da alta cultura.

A partir da consolidação da sociedade burguesa, após as revoluções Francesa e Industrial, houve a necessidade da nova elite burguesa de subordinar as atividades e os espaços sociais ao seu sistema de valores. Escolas, hospitais, hospícios e presídios serviram muito mais para disciplinar e até excluir pessoas e grupos sociais, que poderiam ser nocivos à ordem da nova sociedade, do que para educar ou curar, como Michel Foucault apresentou em vários escritos¹⁷.

Ao mesmo tempo, na Europa, a ampliação da alfabetização em massa e o grande desenvolvimento da indústria editorial, possibilitou o surgimento de um público leitor novo, composto de mulheres, crianças e operários. Apesar dos lucros que se conseguiam com esse novo tipo de leitor, a elite sócio-cultural considerou perigosa a disseminação da leitura nas camadas consideradas inferiores e criou mecanismos para controlar e desvalorizar as práticas leitoras populares, femininas e operárias. A formação de conceitos e imagens, do que são a leitura e o leitor e, acima de tudo, a imposição do que as pessoas deveriam ou não ler, conforme o grupo social ou gênero, foram algumas das estratégias usadas pelos grupos dominantes.

As leitoras brasileiras da revista *A Estação*, se enquadram perfeitamente no público alvo desta estratégia de controle e disciplina da sociedade ocidental do século XIX. Por isso, existiu na produção da revista, a preocupação de direcionar o ato da leitura das consumidoras do jornal, para um tipo de leitura que podemos chamar de “leitura passiva”, onde as leitoras devem seguir as narrativas, tanto as ficcionais, quanto as não ficcionais, de forma obediente e acrítica. Neste contexto, ler significava apenas receber as informações, conselhos e dicas sobre a vida doméstica. Neste ponto, podemos perceber a gênese da convenção de que o leitor não tem liberdade de escolha para

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*

suas interpretações, e deve seguir as orientações apresentadas por professores, jornalistas, críticos ou pelos próprios autores.

Acredito, que as muitas provocações feitas ao leitor em *Quincas Borba*, correspondem ao objetivo de atingir as leitoras que estavam mergulhadas num mundo de discursos moralizantes e jornalísticos, que respectivamente lhes impunha apenas uma realidade ou pretendia representar essa realidade fielmente, e reduzi-la a uma verdade inquestionável. Os textos de Machado, tentam quebrar essa passividade ao desviar sua narrativa do plano linear e seqüencial, para o que Walter Benjamin chamou de “extraordinário” ou “maravilhoso”, que dá ao “leitor a liberdade de interpretar as coisas como as entende e, desse modo, os temas narrados atingem uma amplitude que falta à informação”¹⁸.

Devemos lembrar, que *Quincas Borba* é uma história em que a hipocrisia das normas sociais é desmascarada, e todas as intenções obscuras e egoístas das personagens são demonstradas ao leitor. Desta forma, o imaginário fantasioso e moralizante, configurado nas outras páginas da revista, é desconstruído pela narrativa do romance. O casal Palha e Sofia contrapõe-se enfaticamente ao perfeito exemplo de marido e mulher, porque Palha usa o poder de sedução de sua bela esposa para tirar vantagens financeiras do apaixonado Rubião.

A loucura, tema perigoso e desagradável para a sociedade burguesa, é o eixo central da trama. Rubião recebe de herança, além de boa quantia de dinheiro, a loucura de Quincas Borba, porém esta loucura é muito semelhante às fantasias vendidas pela sociedade burguesa. Rubião enlouquece e passa a ler os jornais com olhos fantasiosos, lembrando muito os possíveis delírios das leitoras de *A Estação* quando estavam contemplando as gravuras e lendo os textos da revista.

Enfim, este encaminhamento interpretativo é configurado pela justaposição de ações ou contextos, ou seja, a produção, a recepção, a distribuição do texto estão sendo analisadas a partir das ligações estabelecidas entre a revista e a sociedade carioca das últimas décadas dos século XIX e, no caso das leituras críticas, estamos considerando-as como construções que mudam conforme os

¹⁸ Walter Benjamin. O narrador. In: _____. *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*.

interesses, preocupações e questionamentos, surgidos posteriormente à publicação de *Quincas Borba*.

O contexto abordado neste capítulo nos faz pensar no alto grau de interação entre as ações de produção, distribuição e recepção de textos, e os processos de manutenção e alteração das convenções. No caso da revista, foi possível perceber a existência de um conjunto de ações que apresentam claramente o objetivo de impor às leitoras, as normas de conduta para as mulheres. Isso estava atrelado a um processo de construir uma determinada realidade para elas, um mundo completamente ordenado em belas roupas e casas arrumadas, ou seja, uma realidade completamente limitada ao dia-a-dia doméstico.

Por outro lado, encontramos uma construção diferente da realidade, a partir, da parte literária da revista e principalmente dos escritos de Machado de Assis. Assim, nesse espaço híbrido entre alta cultura e cultura de massa, surge a possibilidade de se criar um espaço transicional entre a construção de uma realidade controlada e domesticada, e um universo multifacetado, no qual a leitora (o) é provocada a tomar suas próprias decisões, seguir os seus próprios caminhos e ver a sociedade de forma crítica e irônica.

Como considero que a parte literária da revista apresenta diferentes formas de construção de realidades, busco ampliar essa análise sistêmica e empírica em direção à análise do texto. Digo isso, porque na perspectiva de Schmidt o papel do texto é muito reduzido em relação ao sistema literário. Desta forma, acredito estou de acordo, com a observação de Claus-Michel Ort¹⁹, ao dizer que a abordagem orientada para texto, dentro de um estudo empírico da literatura, pode interpretar “essas construções e seleções da realidade que se sedimentam em conjuntos de textos como construções sociais da realidade (...)”²⁰. Em outras palavras, é importante para um estudo desse tipo considerar as formas de construção da realidade que o texto ficcional propõe.

Por outro lado, percebo também, a partir da história da publicação em folhetim de *Quincas Borba*, o ato da leitura como contato cultural, no qual a divisão dicotômica entre alta cultura e cultura de massa é transgredida. A relação de alteridade entre o universo dito inferior, fútil das práticas culturais femininas,

¹⁹ ORT, Claus-Michael. *História Literária Empírica*. In: . *Histórias de Literatura*. p 193-209

²⁰ *Ibid.*, p. 201.

representado pela cultura de massa e a alta cultura, produzida pelos homens letrados e cultos daquele período, é negociada nessa situação híbrida que une os dois universos através das estratégias mercadológicas da revista, ao usar a literatura também como um sinônimo de sofisticação na nascente modernidade brasileira.

Assim, devemos reconhecer que todas as ações de produção e recepção deste romance nas páginas da revista *A Estação*, correspondem ao ato de transcender o que Andreas Huyssen chama de “o grande Divisor, o discurso que insiste na divisão categórica entre alta cultura e cultura de massa”. Ao mesmo tempo, isso constituiu um jogo onde as normatizações que encontramos nas demais partes da revista, inclusive a imposição de se consumirem produtos da alta cultura, são ironizadas, desafiadas pela forma em que a leitora é levada a interpretar a história fora do modelo de se seguirem as normas apresentadas, como acontece com as lições de comportamento e modas.

Isso me faz acreditar que neste contexto analisado encontramos uma explícita relação entre as formas de convenção configuradoras da atividade da leitura (i.e. determinantes no caso, do hábito de ler para receber informações, considerando-as como uma verdade incontestável) e as demais ações da vida social. Por essa razão, acredito que o romance *Quincas Borba* propunha uma multiplicidade de opções e visões para contrapor-se à normatização.

2.8 Convenções do sistema literário, epistemologia e construção da realidade

As questões que venho trabalhando neste capítulo, estão dentro do debate sobre o caráter político da busca da verdade ou “discurso da verdade”, nos termos de Foucault, e sua relação com a capacidade de se atribuir em leituras predeterminadas. Nesse encaminhamento das reflexões, considero necessário dialogar com os escritos de Hans Ulrich Gumbrecht²¹ sobre processos de modernização epistemológica e suas ligações com as perspectivas construtivistas que fazem parte desta análise.

²¹ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*.

O observador de primeira ordem, corresponde à condensação de uma subjetividade que emerge no início da modernidade, quando o homem passa a ver a si mesmo ocupando a função do sujeito da produção de saber. Ao invés de se ver como parte do mundo, esse sujeito se vê de forma excêntrica a ele. Além disso, esse sujeito, na condição de observador desligado do mundo e produtor de conhecimento, não se reconhece como uma unidade formada por corpo e espírito, mas apenas como espírito. Se assim é estabelece uma relação horizontal entre um sujeito excêntrico e seu objeto, então passa-se a apontar como neutro o conhecimento produzido. Tal noção é fruto da pretensão de descobrir a verdade ontológica do mundo e das coisas.

Mais tarde, por volta do início do século XIX, a modernização proporcionou o surgimento do papel de observador, que não consegue deixar de se observar, ao mesmo tempo, em que observa o mundo. Esse observador, segundo Gumbrecht, é sinônimo do que Luhmann chama de observador de segunda ordem.

No contexto desse processo de modernização epistemológica, tal como descrito acima, a ligação entre os contextos de produção, circulação e recepção de *Quincas Borba* e as convenções que estabelecem como os textos devem ser lidos, nos remetem para a questão, apontada por Gumbrecht, referente à confiança cega no conhecimento produzido pelo sujeito observador de primeira ordem, em relação às mudanças desencadeadas por volta de 1800, que permanecem até os dias de hoje.

Por outro lado, o processo de modernização epistemológica, responsável pelo surgimento dessa nova função do observador, que se observa no ato de observar, produziu certas conseqüências, entre as quais duas se destacam. A primeira consiste no fato de que o observador auto-reflexivo, tem consciência de que o conteúdo de sua observação depende de sua posição singular, sendo assim, cada fenômeno particular proporciona incontáveis percepções, experiências e representações. Nenhuma destas representações, consegue ser considerada mais adequada e de nível epistemológico superior em relação à outra. Isso corresponde ao que Foucault chamou de crise de representabilidade.

A segunda conseqüência, consiste numa reação à primeira, pois Gumbrecht percebe que foi possível conectar a crise de representabilidade com o que os historiadores das idéias chamaram de processo de “temporalização” no século XIX. Por isso, a crise não foi encarada com um novo nível de

complexidade epistemológica, mas levou a uma forma de descrever os fenômenos e experiências, a partir de suas evoluções ou de suas histórias, o que conota a intenção de encontrar uma ordenação para a infinidade das representações. As representações novas são integradas em modelos mais complexos de evolução. Esse processo produziu o que o autor chama de tempo histórico. Sendo assim, é a partir do século XIX que o tempo é considerado o agente absoluto da mudança; dentro desse padrão, nenhum fenômeno está livre de mudanças.

Mas como a arte e a literatura reagiram à crise da representabilidade? Gumbrecht responde essa pergunta, afirmando que a história da arte e da literatura após 1800, será uma concatenação de diversas reações a vários aspectos da crise da representabilidade. Por exemplo, nos romances de Balzac a perda de crença numa visão objetiva do mundo, geralmente era apresentada no início do enredo de forma superficial, para depois dar aos leitores a certeza tranquilizadora de que somente as pessoas moralmente elevadas, têm o poder de ter visões objetivas do mundo. Por outro lado, o realismo de Flaubert constantemente apresenta as divergências entre os vários discursos e perspectivas sobre o mundo.

Podemos, aproximar essa característica das obras de Flaubert das de Machado de Assis. Entretanto, nos textos de Machado, as divergências são menos evidentes que em Flaubert, pois, como afirma Luiz Costa Lima:

(...) Machado vivia em um meio provinciano e sob um Estado clientelístico, precisou desenvolver um técnica que Flaubert não teria necessitado; técnica que temos chamado narrativa em palimpsesto, i e., formada por duas camadas, uma aparentemente cordata, a esconder da tinta visível a virulência crítica, deposta na segunda (...)²².

Dentro deste assunto, devemos destacar que, no Brasil do final do século XIX, o ato de resolver a crise da representabilidade a partir de outra perspectiva de compreensão do tempo histórico, isto é, da ênfase nos princípios estáveis capazes de organizar o real, diverso e mutável, num quadro evolutivo. Isso se deve ao tipo de relação que se configurou entre a sociedade brasileira e a produção de conhecimento, nesse período, à qual se aplica a seguinte observação de Sergio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*:

Um amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito dos nossos

²² LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário*. p 259-260.

desejos, é dos aspectos mais constantes e significativos do caráter brasileiro²³.

Devido a essa tendência da vida intelectual brasileira na segunda metade do século XIX, o positivismo tornou-se a principal corrente de pensamento defendida pelos construtores da nascente modernidade republicana no Brasil. Isso porque essa filosofia, cujos princípios básicos foram criados por Augusto Comte, defende a resolução das questões originadas pela crise da representabilidade, a partir, tanto da defesa da verdade científica, descoberta por um observador de primeira ordem, quanto da ordenação das experiências humanas numa progressiva evolução histórica, que parte do Estado teológico, ou fictício, passando para o Estado metafísico e chegando finalmente no Estado positivo ou real. Ou seja, a crença positivista numa lei da evolução, transforma o tempo histórico numa lei que transcende as vontades e ações humanas.

Em relação à crença numa evolução das ações humanas, não podemos esquecer que o evolucionismo spenceriano teve seguidores influentes na sociedade brasileira, como Silvio Romero, que acreditava no liberalismo clássico e no princípio da seleção natural, segundo o qual os mais aptos são os premiados na concorrência da evolução.

Essas correntes de pensamento desenhavam também as propostas de construção da estrutura política. Por exemplo, os positivistas como Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Benjamin Constant defendiam um Estado que seria ao mesmo tempo centralizante, racionalizador e paternal, representado na figura do presidente da república. Já o evolucionismo, defendia um parlamentarismo de tipo burguês com suas reformas graduais.

É plausível interpretar que as obras de Machado, especialmente no chamado período realista, após a publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*²⁴, apresentam uma ácida crítica a essas concepções filosóficas, usadas por liberais e positivistas. Por exemplo, em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, a própria idéia de construir uma narrativa atribuída a um morto, que retrata a sua vida de forma irônica e melancólica, representa quebra radical do princípio de

²³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. p.157.

²⁴ ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*

organização na vida dentro de uma cadeia evolutiva, conforme defende o evolucionismo e positivismo.

Acredito que o mesmo é possível ver em *Quincas Borba*, através da filosofia criada e defendida pelo louco Quincas Borba, o humanitismo. O humanitismo prega que existe um princípio chamado “humanitas” que governa tudo. “Humanitas” é muito semelhante às leis de evolução pregadas pelo evolucionismo e pelo positivismo. Tal semelhança fica evidente no exemplo, dado por Quincas Borba a Rubião, em que duas tribos lutam por batatas para se alimentar e para terem forças suficientes até chegar à região onde existem mais batatas. Com a divisão equitativa das batatas, ambas as tribos não se alimentariam bem e acabariam desaparecendo. Então, só a disputa e a guerra, poderiam preservar aqueles seres e, por isso, o princípio “humanitas” está na guerra e não na paz. Tal situação conota uma semelhança entre as idéias da filosofia de Quincas Borba e as idéias de seleção natural, defendidas pelo evolucionismo e pelo princípio do espírito positivo de Comte.

A partir dos caminhos interpretativos explorados neste trabalho, acredito que é viável construir histórias da circulação de *Quincas Borba* ou de qualquer obra em situação semelhante, examinando as ações e processos literários. E, neste caso, o breve conjunto de reflexões e análises que fizemos até aqui busca compreender as interseções entre as ações de produção, de recepção, de mediação e processamento pós-textual, em vez de apenas apresentar minha interpretação da história em questão. Meu propósito é considerar, enfaticamente, que estas interpretações não podem ser encaradas como uma verdade revelada, mas como entendimentos plausíveis, e formados pela interação dos diferentes elementos, ações e contextos, ou seja, apenas um olhar consistente entre vários.

Na mesma direção, reafirmo minha crença de que é possível construir novas formas de experiência social a partir do encontro do sistema literário com os demais (sub)sistemas sociais, fora das tradicionais configurações que pretendem controlar o público consumidor dos bens culturais, dentro de determinados limites.

Neste sentido, a compreensão da ligação entre o principal autor do cânone nacional e a cultura de massa, pode provocar o deslocamento do olhar dicotômico que, em geral, estabelecemos entre a literatura e as outras formas de mídia mais massificadas. Podemos, por exemplo, formar novas alternativas

plurais diante do problema da relação entre ações de grupos sociais ditos excluídos e o sistema literário, pois as fronteiras que separam esses universos não são mais consideradas como algo intransponível e estático. Por esse motivo, pretendo analisar como são criados processos sistêmicos de auto-reprodução e mudança, no momento em que a convenção de polivalência passa a ser aceita. Pretendo também entender o poder de afetar outros processos de auto-criação de sistemas sociais.

Deve-se ainda levar em consideração, a influência de concepções de mundo que negam as questões levantadas pela crise da representabilidade na mentalidade da sociedade brasileira. O positivismo de Comte, conseguiu entrar na vida intelectual e política de forma muito significativa. É viável considerar, como legado dos princípios positivistas, a convenção de que se deve descobrir a verdadeira interpretação de uma obra artística e principalmente de uma obra, literária e de que o estudo da literatura se resume na compreensão histórica das obras a partir das mudanças dos estilos de época. Na cultura letrada desenvolvida no Brasil, existe, desde o período da chegada dessas correntes, a crença no poder do observador, de descobrir a verdade essencial dos objetos e do mundo e jamais realizar uma auto-observação fora da configuração histórico-evolucionista, configuração segunda a qual ele vê como um ser em progressiva descoberta da verdade. Talvez seja essa, a explicação que nos faz compreender porque, até hoje em dia, as pessoas ainda estranham o fato de se estabelecerem várias possibilidades interpretativas para uma mesma obra.

Além disso, a conexão que se formou entre o positivismo e os projetos de Estado nacional dos militares republicanos - que, atuantes desde o século XIX, chegaram ao poder de fato na revolução de trinta e posteriormente na última ditadura brasileira de 1964 até 1985, - é caminho importante para entendermos as ligações entre certas convenções, sobre a recepção de bens culturais e o tipo de ação que o sistema político impôs à sociedade brasileira durante o século XX. A exclusão, o paternalismo e a repressão, criaram determinados tipos de relação entre sociedade e Estado, cujo domínio está assegurado apenas, para os “mais capazes de administrar”. Tal organização de sociedade é claramente compatível com modelos de produção do conhecimento e ensino, nos quais a memorização dos conteúdos é mais valorizada do que a interpretação crítica dos mesmos.

Sendo assim, no próximo capítulo, continuo a pensar as relações entre os sistemas sociais, o sistema literário, a mídia e a sociedade no Brasil contemporâneo, mais de um século depois do surgimento dos veículos de massa, destacando processos, nos quais os meios de comunicação serão usados em ações de manutenção e alteração sistêmica em relação à arte, à política e aos movimentos sociais.